



Xadrez cambial

Melhora nas contas externas não garante que o real continuará a se valorizar neste ano, mas sugere menor volatilidade da moeda a longo prazo

Ana Paula Vescovi

Economista-chefe da Santander Brasil

Falar sobre taxa de câmbio e fazer projeções sobre sua trajetória é algo arriscado para os economistas. São muitos os fatores intervenientes, alguns deles imprevisíveis, e o risco de errar é alto. No ano passado, defendemos que haveria alguma depreciação do real em relação ao dólar, e o que ocorreu foi uma leve apreciação. Ou seja, erramos. Nossa estimativa de depreciação vinha de modelos econômicos que expressam os fundamentos técnicos da taxa de câmbio. Assim, como tinhamos um cenário de leve redução dos preços das commodities, de queda de juros no país, com manutenção de juros nos Estados Unidos quanto

nas principais economias globais, e aumento de incertezas locais em razão de mudanças na política fiscal no Brasil, prevíamos a depreciação do real. O que aconteceu, contudo, foi um enfraquecimento relativo do dólar, especialmente na final do ano, e isso predomina sobre as nossas hipóteses para a economia local. Diante do desvio, fizemos um "mergulho profundo" no universo das contas externas do país, num esforço de entender o que o saldo do comércio de bens e serviços com outros países, além dos saldos na contratação de serviços e das movimentações de remessas com o exterior, poderia nos esclarecer sobre

a relação desses fluxos e a direção para a taxa de câmbio. Da mesma forma, procuramos entender como as necessidades de financiamento externo (déficit pouco abaixo de 2% do PIB) poderiam ser providas pelos canais financeiros, seja pela via de investimentos diretos de outros países, seja pelos fluxos de investidores de fora no mercado financeiro local. Se a soma dos saldos dessas duas principais contas (transações correntes de bens, serviços e renda, e conta financeira) negativa, ou seja, algum dólar para pagar a credores, o país é obrigado a utilizar parte de suas reservas internacionais a fim de "zerar" o desequilíbrio.

Caso contrário, o "sobra" de divisas faz crescer o estoque de reservas internacionais — como parece ter acontecido no ano passado, segundo os dados disponíveis até novembro de 2023. Para 2024, a dinâmica das contas externas parece indicar uma acumulação de reservas, e, recentemente, têm surgido narrativas de que o real poderá se valorizar consideravelmente em razão dessa situação. Como as contas externas brasileiras passam por uma mudança estrutural positiva, esses catalisadores favorecem o fortalecimento da moeda local ante o dólar.

De fato, dados recentes indicam impacto negativo na safra de soja, ao mesmo tempo

que a desaceleração econômica mundial derivada de condições financeiras mais restritivas deverá provocar acomodação nos preços de commodities. Além disso, considerando as demais contas do setor externo, seu resultado final não deverá levar a uma acumulação de reservas significativa na margem. Finalmente, cálculos mostram que o real não parece estar consideravelmente desvalorizado no momento, quando comparado a seus principais pares (pesos chileno, colombiano e mexicano e rand sul-africano).

Em momentos assim, nos quais os riscos idiossincráticos do país, o nível de diferencial de juros e a posição relativa ante as moedas dos pares parecem estar em patamar "normal", o cotulador mais importante para a taxa de câmbio é a tendência da moeda norte-americana em relação às divisas das economias avançadas.

Dada a perspectiva de que o Fed não deverá chancelar o início precoce do ciclo de redução de juros implícito na curva de juros dos EUA, parece haver espaço para valorização do dólar ante as demais moedas. A principal conclusão desse "mergulho", contudo, foi que a melhora estrutural que vem ocorrendo nas contas externas do país — e tende a continuar ocorrendo nos próximos anos — será uma importante defesa contra volatilidade de e contra excessiva desvalorização cambial no futuro. Entretanto, parece haver pouco espaço para melhora pontual no seu resultado em 2024.

Assim, a dinâmica de curto prazo não deverá abrir espaço para valorização do real muito além do que já ocorreu em 2023. Sendo assim, mantivemos nossa aposta para uma leve depreciação do real até o final de 2024, ante a paragem verificamos os resultados no próximo ano!

Ilustração: Ana Paula Vescovi, Marcos Lisboa, Cândido Bracher

Usina solar flutuante em SP deve pôr país entre gigantes

Ambientalista fala em falta de participação em projeto na Billings; governo nega

Thiago Amâncio

SÃO PAULO O projeto inaugurado em janeiro pelo governo de São Paulo de uma usina de energia solar flutuante sobre a represa Billings deve colocar o Brasil entre os maiores produtores do mundo no setor.

A UFF (Usina Fotovoltaica Flutuante) Araucária, na zona sul de São Paulo, produz energia a partir de painéis solares que flutuam sobre a represa, método defendido por especialistas como mais eficiente na geração de energia limpa — ainda que com capacidade muito aquém de sistemas tradicionais, como hidrelétricas.

Representantes de órgãos de participação da sociedade civil, porém, afirmam que a gestão Tarso de Freitas (República) atropelou processos de controle e prometeu acionar o Ministério Público.

O governo instalou 12,5 mil placas solares sobre a represa, com 5 MW de potência (7 MW no pico), que pode produzir até 12 GWh por ano, o suficiente para abastecer 4.000 residências.

Até o fim de 2023, no entanto, essa potência deve ser ampliada até chegar a 80 MW. É esse montante esperado ao final do empreendimento que colocará o projeto entre os maiores do mundo.

A Anel (Agência Nacional de Energia Elétrica) não tem levantamento específico de usinas flutuantes.

Entre as usinas fotovoltaicas



Usina fotovoltaica flutuante Araucária, na represa Billings (zona sul de SP). Brasil tem o 3º potencial de geração, só atrás de China e EUA. Eduardo Kneipp/Folha Press

(energia solar) em geral em operação, não são flutuantes, essa posição é quarta maior do Brasil ao fim do projeto, atrás apenas de Serra do Mel (2,1 MW, 17,5 GWh, respectivamente), no Rio Grande do Norte, e de Solderio (8,9 MW), na Bahia.

Um levantamento de 2022 da consultoria especializada Solarplaza com as maiores usinas flutuantes do mundo apontou apenas seis delas com potência superior ao projeto anunciado em São Paulo, de 80 MW. Todas no Brasil: China, com 78,6% da capacidade de geração em usinas flutuantes do mundo. A maior usina flutuante nos Estados Unidos, em Nova Jersey,

tem 8,9 MW de potência.

São capacidades expressivas, mas distantes da matriz hidrelétrica. Belo Monte, a maior usina do país (excluindo Itaipu, que é funcional), tem potência de 11,2 GW, 140 vezes maior que os 80 MW previstos em SP. O Brasil está entre os três países com maior potencial para as usinas flutuantes em todo o mundo, segundo a Solarplaza. São 186 TWh por ano, segundo a empresa, atrás de China (1,127 TWh por ano) e EUA (1,127 TWh por ano).

O projeto em São Paulo, inaugurado em janeiro, é anterior ao governo Tarso e começou com um piloto em fevereiro de 2020,

na gestão João Doria (PSDB), com apenas 100 kW de potência.

Em 2021, a Enae e a empresa privada KWP Energia S.A. formaram consórcio para produzir e instalar a operação atual, de 5 MW. Os painéis solares foram instalados próximos da Usina Hidrelétrica de Elevação Pedreira, na região do município de Itaipava. O investimento foi de R\$ 30 milhões, segundo o governo. Até o fim do ano que vem, com a expansão da usina para 80 MW, o investimento deve chegar a R\$ 450 milhões.

O governo ainda aguarda a licença de operação, que vai permitir a geração de energia na usina recém-criada.

Vai ser um dos maiores do mundo. Essa potência é muito grande, mesmo para países em solo, de Pedro Drumond, coordenador em SP da Absolar (associação de energistas) e CEO da Biflex, empresa que atua no setor.

Ele afirma que usinas flutuantes não vão necessariamente substituir as tradicionais. "A demanda é tanta por projetos sustentáveis e por geração mais barata de energia que já gente pode continuar entalhando, fazer em solos e também nas flutuantes". Segundo ele, embora a instalação de painéis na água seja mais trabalhosa, portanto mais cara, do que em solo, o sistema tem algumas vantagens.

Primeira, podem ser instalados em áreas hoje inutilizadas, como lagoas de hidrelétricas ou até em lagoas formadas em cascas (buracos) de mineração — nesse caso, a instalação de painéis pode fazer parte de programas de compensação ambiental de mineradoras.

No fim do ano passado, por exemplo, a empresa F&I inaugurou uma usina flutuante na casa de uma antiga usina de geração de energia em Borelândia, no interior de SP, com capacidade de geração de 1 MW. Desde 2020, a barragem de Sobradinho, na Bahia, tem

uma usina solar flutuante.

Além disso, a instalação sobre a água reduz o risco de danos dos painéis solares, o que torna o sistema mais eficiente, afirma Drumond.

A instalação de painéis flutuantes reduz a evaporação da água, diz a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de SP, Natália Resende, o que melhora a gestão dos recursos hídricos.

As usinas flutuantes não estão isentas de impacto ambiental. Estudo de 2022 de pesquisadores da UFPR (Universidade Federal do Rio de Janeiro) apontou a possibilidade dos painéis de restringir as trocas de oxigênio e gases entre a água e a superfície, afetando o ecossistema local, além do risco de contaminação da água durante a instalação e manutenção do sistema.

O advogado Virgílio Alcides de Farias, especialista em direito ambiental e coordenador do subcomitê Billings-Tamanduaí, diz que o governo desrespeitou a legislação ao não detalhar o projeto ao comitê antes de levá-lo a cabo. "A gente soube pela imprensa". Ele afirma que procurou um representante da Enae em 30 de outubro de 2023 pedindo a apresentação do projeto.

"Nem resposta tive até hoje".

"A gestão dos recursos hídricos e dos mananciais demanda que a sociedade civil participe, precisa de um controle social, para que se discuta se o projeto é bom ou ruim, se deve ser aprovado ou melhorado. Isso não é respeitado nem pelos estados nem pelos municípios", afirma Farias.

Natália Resende, do governo paulista, afirma que "todas as normas foram seguidas e observadas" no processo. "Tem todo um procedimento previsto para a gente chegar a esse ponto que chegou, várias análises, tudo seguindo normas observando o procedimento".